

## **27- ISENÇÃO FISCAL TÉCNICO E JUSTO COM O POVO BRASILEIRO**

### **RESUMO – MODELO DE ISENÇÃO FISCAL**

#### **Objetivo Central**

Substituir o atual sistema de incentivos fiscais por um modelo técnico, transparente e com retorno garantido para o Estado, eliminando isenções ineficientes e a influência de lobistas.

#### **Principais Fases e Mecanismos**

##### **1. Marco Zero (Revogação Geral)**

a. Todos os incentivos fiscais vigentes são revogados. b. É dado um prazo (ex: 6 meses) para que as empresas que desejam continuar com os benefícios se submetam ao novo modelo.

##### **2. Reavaliação Técnica (“Pente Fino”)**

a. Um Comitê Técnico de Análise de Impacto (CTAI), composto por especialistas de carreira e independentes (com mandatos fixos para blindagem política), fará a análise. b. As empresas são avaliadas com base em uma Matriz de Pontuação Pública com os seguintes critérios: i. Custo-Benefício Fiscal (40%): A empresa deve gerar mais receita para o Estado do que o valor do incentivo recebido. ii. Qualidade do Emprego (25%): Salários devem ser significativamente acima da média regional, com programas de capacitação. iii. Transferência & Encadeamento (20%): Forte integração com a economia local, comprando de fornecedores locais. iv. Sustentabilidade e ESG (15%): Práticas ambientais e trabalhistas comprovadas. c. Decisão: Com base na pontuação, o benefício é concedido integralmente, concedido com redução/condições, ou negado permanentemente.

##### **3. Novos Contratos com Transferência Obrigatória**

a. Os incentivos são concedidos por 5 anos (renováveis por mais 5) mediante um Contrato de Desempenho e Transferência (CDT). b. O CDT inclui cláusulas que obrigam a empresa a: i. Transferir Conhecimento: Parceria com instituições de ensino públicas e workshops para empreendedores locais. ii. Transferir Tecnologia: Mentorar PMEs e nacionalizar insumos. iii. “Success Fee” (Taxa de Sucesso): O valor do benefício é proporcional ao cumprimento das metas. iv. Cláusula Antilobby: Rescisão imediata do contrato e cobrança dos valores se for

comprovado uso de lobby ilegal.

#### **4. Monitoramento Contínuo e Transparência**

a. Criação de um Portal da Transparência com todas as auditorias, contratos e desempenhos publicados. b. Auditorias anuais de verificação e uma nova auditoria completa antes da renovação.

#### **Conclusão do Modelo**

O modelo proposto é um sistema integrado que: • “Reseta” o sistema através da revogação geral. • Avalia com rigor técnico cada caso, cortando benefícios ineficazes. • Protege o erário de pressões políticas com um comitê blindado e cláusulas antilobby. • Transforma a isenção fiscal em um investimento ativo, comprando desenvolvimento real por meio de transferência de conhecimento, tecnologia e empregos de qualidade para o Estado.